

Orientando-se em meio a lapsos: considerações sobre a produção historiográfica relativa às políticas públicas de preservação patrimonial no Brasil

Walter Francisco Figueiredo Lowande*

Resumo

Pretendemos tecer, neste artigo, algumas considerações sobre a produção historiográfica a respeito das políticas públicas de preservação patrimonial, com base na metateoria da História proposta por Rüsen (2001, 2010). Desse modo, tentaremos compreender como carências de sentido específicas enfrentadas por esses autores, em geral diretamente ligados ao próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conduziram à produção de uma historiografia reveladora, mas que também comporta alguns lapsos, sobre os quais desejamos lançar alguma luz. Além disso, indicaremos como alternativa a consideração mais ampla dos diversos agentes que atuaram junto ao IPHAN.

Palavras-chave: Patrimônio. Historiografia. Constituição narrativa de sentido.

Orienting himself amid lapses: historiographical considerations on public policies for heritage preservation in Brazil

Abstract

In this paper we intend to make a few remarks on the historiography about the public policies for heritage preservation based on history meta-theory proposed by Rüsen (2001, 2010). Thereby, we try to understand how specific orientation lacks faced by these authors, often directly linked to the *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN), led to the production of a revealing history, but also includes some lapses for which we wish to shed some light. Furthermore, we will indicate alternatively a broader regard of various agents acting in this Institute.

Key-words: Heritage. Historiography. Narrative constitution of meaning.

A maior parte do que tem sido narrado, até agora, sobre as políticas públicas de proteção do patrimônio cultural brasileiro corresponde, direta ou indiretamente, a uma necessidade do próprio IPHAN, ao longo de sua trajetória, de conferir sentido às suas práticas, criando e recriando identidades que delimitassem formas seguras de ação. Não pretendemos apresentar uma análise exaustiva referente ao estado da arte da literatura que trata dessa temática. Todavia cremos que seja possível elaborar um quadro significativo de um conjunto de obras, que permita situar, a partir desse conjunto, algumas indagações importantes a serem direcionadas ao campo de estudos que se relaciona com as práticas patrimoniais em nosso país.

Não é nossa intenção julgar as escolhas efetuadas por aqueles que se dedicaram a narrar essas práticas patrimoniais, o que não nos impede, por outro lado, de propor uma reflexão sobre elas. Se nos é possível apontar, nesse conjunto de obras, alguns lapsos, temporais e espaciais, relativos a essas políticas públicas, não podemos nos esquecer de que, ao mesmo tempo, ele contribuiu significativamente não só para o conhecimento das práticas de proteção do patrimônio cultural brasileiro, mas, da mesma forma, para uma compreensão mais ampla da vida social, cultural e institucional, do período que vai desde o Estado Novo até a época de abertura política de fins da ditadura militar. Não imaginamos que sejam apagamentos necessariamente conscientes, mas, antes, uma seleção daquilo que, para esses autores, deveria ou não ser narrado.

Isso é algo natural, se pensarmos que só podemos refletir sobre a realidade que nos é subjetivamente importante. E, para esses narradores, os objetos de interesse para seus textos foram aqueles que forneceriam sentido e delimitariam identidades, numa relação direta com suas atividades cotidianas, representando, na verdade, tentativas racionais de agir, no presente e no que se refere às práticas de proteção de bens culturais, da melhor forma possível. Assim, se não nos cabe julgar os valores que orientam a seleção (e também o descarte) de determinados objetos, dentre os inúmeros disponíveis à reflexão, devemos, ao menos, identificá-los, de modo a não reificar interpretações que não condizem com os anseios de nosso próprio tempo.

1 Constituição narrativa de sentido

Antes de propor uma interpretação para o conjunto de textos que consideramos representar de forma satisfatória o que tem sido escrito acerca das práticas patrimoniais

nacionais, é importante que reflitamos sobre o papel mais amplo da produção de narrativas históricas. Um esforço mais recente de delimitação da “matriz disciplinar” da ciência da história foi produzido por Jörn Rüsen (2001, 2010), num momento em que essa disciplina via suas pretensões de racionalidade abaladas pelos problemas trazidos pela teoria literária.

Rüsen inicia suas reflexões indagando-se sobre os fundamentos da prática historiográfica. Isso o leva a se deparar com as carências de sentido que fazem parte da vida cotidiana dos seres humanos. As ações intencionais humanas necessitam extrair um significado no tempo, e, neste ponto, faz-se necessária uma organização das experiências passadas, no intuito de que as ações presentes atinjam fins esperados, ou seja, correspondam a um determinado horizonte de expectativas. Da mesma forma, só podemos perceber uma *identidade* como estável por intermédio de uma narrativa consistente, que nos assegure ou de sua duração, ou de sua evolução, por exemplo. Assim, quanto mais confiáveis forem as narrativas que conferem uma organização e um sentido às incontáveis experiências passadas (confiança que se busca, por exemplo, em sua cientificidade), mais seguramente as pessoas terão condições de orientar suas condutas significativamente, ou seja, de forma racional, visando fins esperados e socialmente significativos.

A ciência histórica, por intermédio de seu produto (a historiografia), visa, portanto, apresentar-se como instrumento privilegiado de orientação das condutas de indivíduos ou grupos de indivíduos, em diferentes situações (no espaço e no tempo), por uma pretensão de validade amparada em diversos aspectos. Seu estatuto científico decorre da necessidade que esses indivíduos possuem de um conhecimento seguro acerca do significado das experiências do passado. Assim, mais do que se perguntar o que é a razão na história, tarefa essa que deve ser enfrentada por outras áreas do conhecimento, a teoria da história se pergunta sobre o papel da racionalidade na historiografia, indagando-se, no máximo, sobre uma racionalidade possível, a ser construída nesse tipo específico de saber¹.

Desse modo, de onde surgem os textos de história? Segundo Rüsen, eles nascem das necessidades práticas de sentido e de identidade da vida cotidiana dos indivíduos, e adquirem caráter científico em função da necessidade de validá-las em sua relação com a

experiência. Sua principal questão teórica repousa em como essas carências permitem conformar um “paradigma” ou uma “matriz disciplinar” particular para o conhecimento histórico.

Rüsen reconhece, a partir dessa questão, cinco momentos, dentro dessa constituição de sentido para a vida prática humana. Vejamos quais são eles:

1) Os textos historiográficos nascem das carências dos indivíduos, que se expressam em interesses específicos (“o que é ser brasileiro?” “por que devo preservar edifícios históricos?” “qual é o meu papel enquanto negro, homossexual, mulher etc.?”).

2) A partir do momento em que essas questões se dirigem para o passado, só podendo ser respondidas pelo conhecimento da experiência histórica, são necessários critérios de sentido que permitam transformar essas experiências propriamente em históricas, isto é, dotando-lhes de sentido, de uma orientação significativa para a conduta presente. A esses critérios, Rüsen chama de *ideias* (“a nação sempre existiu da forma como a conhecemos hoje?”, “foi outra coisa que nos serve de exemplo hoje?”, “tem evoluído ao longo do tempo?” ou “nunca existiu?”)².

3) Apenas interesses e ideias de sentido não bastam, para se delimitar a especificidade da historiografia: eles devem se efetivar na experiência concreta do passado. Segundo Rüsen,

é nesse processo que se aplicam os métodos que, como regras da pesquisa empírica, caracterizam a forma específica do pensamento histórico. Essa especificidade torna-se científica à medida que as perspectivas quanto ao passado, oriundas de carências e orientadas por interesses, são trabalhadas pela pesquisa pautada por regras metódicas e transformadas em saber histórico com conteúdo empírico (RÜSEN, 2001, p. 33).

4) O conhecimento científico obtido pela pesquisa exprime-se na forma de textos de história, que serão a forma de apresentação do sentido que se demandou inicialmente em carências específicas.

5) O último momento do conhecimento histórico é aquele em que ele responde às carências iniciais de sentido e identidade demandadas pela vida cotidiana; a historiografia

adquire, por fim, uma função didática, de orientação existencial, que poderá ser apropriada de diferentes modos, para além do próprio texto produzido cientificamente (educação escolar, museus etc.).

Vejamos agora de que forma essas considerações podem ser úteis, de modo a nos ajudar na compreensão de nosso objeto.

2 A historiografia sobre as políticas públicas de preservação patrimonial cultural no Brasil

De que modo as proposições teóricas acima expostas nos ajudam a compreender melhor a forma como a história das práticas patrimoniais no Brasil tem sido narrada? Conforme adiantamos, no início deste artigo, essas narrativas também são fruto de carências de sentido e de identidades específicas, que interferem diretamente na forma e na seleção daquilo que é narrado.

Em sua dissertação de mestrado, Silvana Rubino nota que “o PHAN [sic], desde sua fundação e em suas diversas fases sempre contou e recontou seu mito de origem” (RUBINO, 1991, p. 21). A autora identifica essa “narrativa” em “discursos oficiais, documentos internos ou de circulação mais ampla, sempre de modo incompleto, com lacunas” (RUBINO, 1991, p. 22). Dentro dessa acepção mais ampla de narrativa, podemos encontrar, até aproximadamente a década de 1980, textos não apenas laudatórios, mas preocupados com uma reflexão sobre o sentido histórico da atuação do IPHAN ao longo de sua trajetória.

Um primeiro momento de reflexão ocorreu com a morte de Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1969, que ocasionou a primeira grande carência de sentido da instituição. Sempre considerado o líder carismático do IPHAN, com sua perda, os funcionários do órgão federal começaram a se indagar sobre os rumos (ideia que pressupõe um sentido) da atuação do órgão federal. Ainda em 1969, é lançado o livro *A lição de Rodrigo* (DPHAN, 1969), que pode ser considerado um primeiro esforço sistemático de compreensão do sentido das práticas da então DPHAN. A figura de Melo Franco de Andrade passa, a partir de então, a ser confundida com todo um período de atuação do IPHAN, a que se convencionou chamar, a partir de artigo escrito por Luís Saia, no início da década de 1970, de “fase heroica” (SAIA, 1977). Essa expressão passou a definir o

decurso de tempo que vai de 1936 a 1975, compondo, a partir de então, toda e qualquer tentativa de periodização, não só da história da instituição, mas, de modo mais amplo, das políticas públicas de proteção de bens culturais no Brasil.

O segundo momento de carência de sentido para a atuação do órgão deu-se a partir da segunda metade da década de 1970. Com um mundo já bastante diverso daquele vivido durante a “fase heroica” do IPHAN, as práticas identificadas com Melo Franco de Andrade passariam agora por um novo questionamento. Liderados por Aloísio Magalhães, o grupo que se ligou ao Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) voltou, mais uma vez, os olhos para a “trajetória” do IPHAN. As ações efetivadas durante a “fase heroica”, não obstante a seriedade e o rigor, ético e metodológico, no trato com o passado, fundamentar-se-iam numa visão bastante elitista do passado histórico nacional. Além disso, tratar-se-ia de uma concepção de cultura “morta”, paralisada no tempo, que deveria ser substituída por outra, “viva”, que pudesse contribuir com o desenvolvimento criativo da nação.

O grupo de Magalhães passa, então, a construir um discurso para o presente, a partir de uma construção histórica: é preciso substituir a noção de um “patrimônio-pedra-e-cal” por outra, por uma cultura “viva” e heterogênea, que buscasse um desenvolvimento interno, autêntico e democrático, de populações tradicionais do país³. Além do mais, entre a atuação exemplar de Melo Franco de Andrade e os novos ideais de modificação, do presente, haveria um período de práticas anacrônicas, efetivadas durante a gestão anterior, de Renato Soeiro, e que deveria, portanto, ser superado. Estavam assim dispostos e disponíveis os dois grandes blocos discursivos que serviriam às periodizações posteriores da “trajetória” do IPHAN.

Um exemplo de produto historiográfico deste período pode ser encontrado na obra *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória* (BRASIL, 1980), produzida já no âmbito da Fundação Nacional Pró-Memória. Segundo Márcia Chuva, esse livro

tem uma importância considerável, nos anos 1980, como obra de referência para aqueles que lidam com a preservação cultural, pois, pela primeira vez, buscou-se construir e divulgar uma história oficial dessa prática no Brasil, além de ter sido dado um caráter de documentário à publicação – evidente pretensão de veracidade –, basicamente constituída de uma série de

documentos, projetos de lei, legislações, portarias etc., que instituíram as ações de preservação e embasaram textos legais sobre o assunto (CHUVA, 2009, p. 60).

Fica claro, portanto, a partir dessa citação, que a historiografia cumpre aqui, também, a função de orientar as condutas presentes, apoiando-se numa validade que somente as fontes ou documentos podem fornecer (para além de instrumentos puramente retóricos ou poéticos).

Foi, contudo, somente depois de uma terceira crise de sentido, essa talvez mais contundente que as anteriores, que uma historiografia propriamente acadêmica, relativa às práticas preservacionistas e de restauro do país, começou a se estruturar. Em 1992, durante o governo de Fernando Collor de Melo, as atividades do IPHAN chegaram a ser suspensas. Embora os parâmetros de atuação fornecidos pelo grupo de Aloísio Magalhães fossem os mais desejados, eles não puderam se efetivar. Passou-se, então, a buscar respostas metodologicamente embasadas para essa nova crise de sentido, seja por parte dos funcionários do IPHAN ou por acadêmicos em sentido estrito, sendo que todos agora puderam se amparar num sistema já fortemente estruturado de pós-graduação no país. Passamos a ter, a partir de então, dissertações, teses e artigos, tentando fornecer ao IPHAN o sentido de que carecia para continuar levando a cabo suas ações⁴.

Em primeiro lugar, essa literatura mais recente sobre o tema do “patrimônio” tem reificado, de certo modo, as narrativas produzidas anteriormente pelo próprio IPHAN, acerca da existência de dois grandes períodos relativos à proteção dos bens culturais no país. Desconsiderando uma série de embates sociais e políticos que permearam as duas “grandes fases” da trajetória das práticas patrimoniais nacionais, esses trabalhos têm oferecido uma análise que valoriza sobremaneira a hegemonia de dois grupos específicos e de suas respectivas ideias acerca da originalidade cultural nacional.

O primeiro desses dois grupos estaria ligado a Melo Franco de Andrade e aos modernistas mineiros e, igualmente, a Lucio Costa e aos arquitetos modernos cariocas. Ele se relacionaria à valorização de uma tradição construtiva portuguesa, fosse ela religiosa ou de residência, que indicaria, por intermédio de características plásticas como a “sobriedade” ou “saúde plástica” de nossas construções, a “verdadeira tradição” de uma

civilização brasileira, cuja “linha evolutiva” deveria ser seguida, no intuito de se construir uma nação autenticamente moderna, e não apenas uma cópia da civilização europeia, desajustada ao nosso meio tropical (como haveria sido quase todo o século XIX).

A segunda “formação discursiva hegemônica” seria aquela construída por Aloísio Magalhães e seu grupo, que seriam os responsáveis pelo resgate de um conceito mais amplo de cultura (mais próximo daquele proposto por Mário de Andrade e supostamente abandonado pela primeira geração do SPHAN). Este conceito se referiria a todas as manifestações culturais nacionais, principalmente àquelas ditas “vivas”, cuja manutenção seria essencial, para que grupos sociais específicos continuassem existindo e se desenvolvendo social e economicamente, sem que com isso se perdesse o “novo” valor nacional da diversidade.

Desse modo, seja em análises voltadas exclusivamente para esse primeiro período de atuação do IPHAN, ou naquelas cujo recorte é mais amplo, o que se tem são narrativas que partilham um consenso em torno do predomínio absoluto dessas visões hegemônicas de “patrimônio”, separadas por um hiato de mais de uma década, representado pela atuação supostamente apagada e burocraticamente acomodada de Renato Soeiro. Atestariam essas conclusões, o confronto com o conjunto dos monumentos tombados, tomados em suas características mais gerais. Assim, reduz-se significativamente a diversidade e dinâmica social das práticas de proteção dos bens culturais, embora essas narrativas tenham a vantagem de produzir um sentido mais claro e útil para as ações culturais contemporâneas.

É preciso mencionar, no entanto, que esses trabalhos contribuíram de modo importante para o esclarecimento do funcionamento das ações de proteção aos bens culturais no Brasil e, de forma mais ampla, para uma melhor compreensão da dinâmica política, cultural e social de todo esse período abordado, sobretudo no que diz respeito à história da elite intelectual nacional. Como exemplos desses elementos, tem-se a pretensão de rigor “científico”, ao lado do “ético”, com o qual se procurava dotar a prática preservacionista do SPHAN⁵; a autonomia gozada por este órgão junto ao Estado⁶; e, além disso, o recurso à identificação do período “moderno” a uma tradição autêntica, ligação temporal sempre possibilitada por uma noção de “processo civilizatório”, “evolução” ou “trajetória”, aspecto esse que pode ser considerado quase um lugar comum

em toda a literatura que aqui abordamos. Assim, essas tentativas de identificação de uma formação discursiva hegemônica acabaram por clarificar um conjunto de práticas de fato existentes na atuação do SPHAN, além de demonstrar os motivos de sua eficácia.

3 Outros atores

É preciso esclarecer que não pretendemos questionar aqui a predominância dessas duas formações discursivas nas políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, nem negar as características fundamentais que as sustentaram. No entanto, é preciso agora dirigir o olhar para os aspectos menos notados (no tempo e no espaço) dessas práticas, que igualmente as constituem. O “nariz torcido de Lucio Costa”⁷ passaria a representar, assim, mais a necessidade de acatamento de pontos de vista discordantes, que a autoridade absoluta dos quadros dirigentes. É necessário investigar, desse modo, se essas práticas foram mesmo forjadas pela imposição de pontos de vista dominantes, ou se se constituíram, na verdade, num espaço de disputa pela implementação de interesses individuais ou grupais específicos. Um empreendimento cultural do porte do que foi pretendido pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), isto é, a proteção de um patrimônio cultural disperso numa área de mais de oito milhões de quilômetros quadrados, precisou, necessariamente, contar com o apoio de intelectuais detentores das mais diversificadas versões sobre a “evolução” da nação (talvez o único ponto consensual entre eles).

Gostaríamos de mencionar dois exemplos de grupos intelectuais cuja atuação também contribuiu com a constituição das práticas patrimoniais nacionais, mas que, pelos motivos supracitados, não compõem a sua narrativa. Os dois grupos formaram-se em torno da institucionalização das ciências sociais no Brasil, tecendo, internacionalmente, noções específicas de cultura, que norteariam seus respectivos projetos de modernização e que, por conseguinte, demandariam narrativas também específicas e a proteção dos objetos que lhes conferissem a necessária materialidade. Refiro-me aos grupos que se originaram, também a partir da década de 1930, em torno da Sociedade de Etnografia e Folclore, em São Paulo, e do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, e cujas redes intelectuais imbricaram-se, de forma bastante clara, com aquelas construídas a partir do SPHAN.

Desde sua criação, em 1818, o Museu Nacional vinha recolhendo e protegendo exemplares das “riquezas” e “curiosidades” naturais brasileiras. A partir do último quartel do século XIX é que a antropologia e a arqueologia passaram a adquirir um destaque especial na instituição, sobretudo nas gestões de Ladislau de Souza Mello e Netto (1874-1893) e João Batista de Lacerda (1895-1915), quando, influenciados pelas teorias biológicas que convulsionavam o ambiente intelectual europeu, os naturalistas do Museu Nacional buscavam a comprovação científica de que a miscigenação entre negros, índios e brancos somente conduziria à degeneração da nação brasileira. Contudo, a partir das gestões de Edgard Roquette-Pinto (1926-1936) e Heloisa Alberto Torres (1937-1955), o conceito de cultura substituiu progressivamente o de raça, e, inspirados sobretudo na nascente antropologia cultural norte-americana, os naturalistas da Seção de Antropologia do Museu Nacional passaram a desenvolver uma narrativa museográfica sobre a cultura nacional, que orientaria seus projetos para a modernização científica do país⁸.

Sem abandonar a influência das ciências naturais, consolidou-se, no Museu Nacional, uma noção antropogeográfica de cultura, cuja evolução não poderia, portanto, ser compreendida, sem se levar em consideração fatores mesológicos (DOMINGUES, 2010). Essa concepção de cultura expressava-se na narrativa museográfica constituída no interior do Museu, por iniciativa de Heloisa Alberto Torres: do meteorito de Bendegó até as coleções de artefatos indígenas do Brasil, passando pela paleontologia e arqueologia nacionais, o expectador percorria visualmente uma narrativa que permitia inserir significativamente a nação numa história natural universal, aí incluídas as culturas conformadas em seu meio. Foi essa concepção de cultura que esteve presente nos diversos ramos de atuação em que se inseriram os naturalistas do Museu Nacional, especialmente Heloisa Alberto Torres: no Serviço de Proteção ao Índio, no Conselho de Fiscalização de Expedições Científicas e Artísticas no Brasil e no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por exemplo. O Museu Nacional participou ativamente dessa última instituição, sendo representado majoritariamente no seu Conselho Consultivo, publicando diversos trabalhos acadêmicos e, principalmente, sendo responsável por gerir ou orientar, até muito recentemente, as políticas de proteção do patrimônio arqueológico e etnográfico nacional (SIMIÃO, 2008).

Em relação ao grupo de intelectuais reunidos em torno da Sociedade de Etnografia e Folclore de São Paulo (SEF)⁹, sua concepção de cultura “infiltrou-se” no SPHAN, por

intermédio da regional paulista desse órgão, mormente por força da atuação do engenheiro-arquiteto Luís Saia (uma vez que, logo em 1938, Mário de Andrade deixaria o SPHAN e, em seguida, a capital paulista, para se proteger de perseguições políticas no Rio de Janeiro, falecendo em 1945). Ao contrário do grupo do Museu Nacional, para o qual o principal objeto de estudos seria a “cultura primitiva”, especialmente aquela produzida por nossas populações autóctones, o grupo paulista interessava-se primordialmente pelo que chamavam de “cultura popular”, ou, ainda, “folclore” (RUBINO, 2002). Tratava-se de investigar as características puras de uma cultura nacional e mestiça (e não simplesmente indígena, de acordo com Mário de Andrade), ainda não prejudicadas pelos valores urbanos importados da Europa durante o século XIX.

Não havendo espaço, no SPHAN, para o tipo de pesquisa etnológica ampla que vinha se desenvolvendo no Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo (uma “criação” de Mário de Andrade), a saída encontrada por Luís Saia foi buscar, na investigação processual da arquitetura paulista, esses traços culturais. Essa concepção de cultura forjada pela rede intelectual internacional, manejada pelos intelectuais paulistas, efetivou-se no SPHAN por intermédio de uma narrativa historiográfica que tinha por norte a noção de “evolução regional paulista”, válida tanto para sua cultura, quanto para sua arquitetura e cidades. Se, por um lado, foi essa narrativa que embasou a proteção de perto de cinquenta bens arquitetônicos, representativos de uma visão própria da elite intelectual paulista acerca da evolução cultural nacional (LOWANDE, 2010), por outro, foram esses próprios monumentos que conferiram uma materialidade capaz de validar, retroativamente, uma historiografia legitimadora dos projetos paulistas de modernização nacional.

Do ponto de vista diacrônico, faz-se ainda necessário lançar alguma luz sobre o período relacionado à atuação de Renato Soeiro à frente da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Não obstante esse recorte temporal esteja diretamente ligado com a rediscussão dos fatos urbanísticos, enquanto portadores de significados culturais, com o questionamento de formas obsoletas de intervenção nos bens protegidos pelo poder público, com a consideração “dos prós e dos contras” das práticas turísticas para a preservação desses bens culturais, e com a descentralização institucional para a defesa desse patrimônio, tal período é, em geral, tratado como uma espécie de hiato entre a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães. Todavia uma

investigação mais aprofundada dos diversos órgãos culturais do período pode mostrar que ele foi fundamental para a consolidação das práticas patrimoniais, conforme as conhecemos atualmente¹⁰.

4 Conclusão

A reflexão teórica proposta no início deste artigo nos forneceu elementos para uma melhor compreensão das práticas historiográficas que acompanham nossas políticas públicas de preservação patrimonial. No entanto as próprias práticas preservacionistas são ações que respondem a uma demanda por sentido e por identidade. Concluiremos, pois, retomando aquela reflexão inicial, de modo a tentar compreender a acomodação de perspectivas diferenciadas, que apenas foram apontadas neste artigo.

Não há dúvidas de que esse patrimônio cultural preservado se relaciona diretamente com o problema mais amplo da nação. Os intelectuais que se ligaram inicialmente ao SPHAN possuíam projetos particulares de modernização nacional e representavam grupos e interesses também específicos. Para além do Museu Nacional e da intelectualidade paulista reunida em torno da SEF, poderíamos mencionar outras instituições museológicas, institutos históricos, academias de letras etc. que se fizeram representar no Serviço, tentando implementar parte de seus respectivos projetos de nação. Mas não é possível pensar a nação sem lançar mão de *narrativas*, sejam elas historiográficas, museográficas, literárias ou o que quer que seja. Uma nação não pode ser percebida fora do tempo, pois não há identidade sem história. Não é possível determinar uma identidade apenas por intermédio de elementos espaciais. O fato de uma pessoa estar circulando em determinado lugar, usando determinado traje e se portando de determinada forma não diz nada a seu respeito, pois ela pode estar se disfarçando ou modificando de alguma forma seu modo costumeiro de ser: somente terei certeza de sua identidade, caso possa saber se esse comportamento é constante *ao longo do tempo*, ainda que ele possa se modificar em alguns de seus aspectos. O conhecimento de uma identidade pressupõe, portanto, que ela possa ser narrada.

É aqui que podemos compreender o papel do SPHAN (inclusive nos períodos posteriores a essa denominação específica) e como ele pôde abrigar perspectivas para além dos grupos que ocuparam suas principais posições. O SPHAN se mostrou essencial para a construção das *diversas* narrativas que buscaram resolver o problema da nação. Não

porque tenha sido essa instituição a responsável pela construção de uma versão oficial da narrativa nacional, mas, de forma muito mais importante que isso, *pelo fato de ela ter fornecido os elementos experienciais, ao longo de sua trajetória, capazes de validar essas diversas narrativas*, por mais discordantes que em algum momento elas pudessem se mostrar. Conforme vimos no início deste artigo, trata-se de um tipo de ação relacionado ao terceiro momento da constituição narrativa de sentido.

A função de monumentos históricos é justamente essa: fornecer suporte empírico a uma narrativa, que é assim validada pela visão ou até pelo toque. Apela-se, assim, a uma experiência que podemos vivenciar, no intuito de se conferir maior concretude ao narrado. Os arquitetos modernos puderam validar sua história da “verdadeira” arquitetura nacional, da qual passaram a fazer parte, por intermédio dos edifícios tombados pelo governo federal (cf. CAVALCANTI, 1995); os modernistas mineiros também puderam comprovar, por meio desses mesmos monumentos, que o Brasil tivera seu barroco, autorizando assim a inserção da arte nacional na história da arte universal (cf. CHUVA, 2009); a intelectualidade paulista demonstrou a relevância de sua formação cultural específica, narrada numa história da arquitetura paulista que, por sua vez, amparou-se nas casas bandeiristas, dentre outros monumentos, cujos tombamentos foram indicados pela regional de Luís Saia (cf. LOWANDE, 2010); o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, sendo praticamente incumbido pelo SPHAN da parcela arqueológica e etnográfica do patrimônio nacional (cf. SIMIÃO, 2008), compôs também sua narrativa específica em suas coleções museográficas. Conjuntos urbanos, paisagens e mesmo o patrimônio imaterial continuam servindo a narrativas identitárias, cada vez mais complexas e fragmentadas.

Acreditamos que, talvez, seja essa a maior contribuição que a teoria da história possa oferecer a esse campo de estudos: indicar como o patrimônio cultural de uma nação participa de algo mais amplo e elementar, ou seja, da organização da experiência do tempo, de modo a suprir narrativamente carências de sentido e de identidade, visando a orientar ações direcionadas, por exemplo, à construção de uma nação moderna. Tornasse, assim, compreensível como agentes que defendiam pontos de vista por vezes diametralmente opostos, e cujo único ponto em comum talvez fosse o consenso mínimo em torno da existência de uma cultura nacional autêntica, de sua historicidade e de sua grandeza futura, conviveram, de certa forma, pacificamente, nas agências culturais federais. Ao se constituir como uma verdadeira “fábrica de monumentos históricos”, o

IPHAN, ao longo de sua trajetória, pôde fornecer, a uma série de intelectuais, os elementos experienciais que eles necessitavam para validar e legitimar seus respectivos projetos.

Notas

(1) Rösen não descarta essa possibilidade de racionalidade, apoiando-se, principalmente, na teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas. Todavia esse tema não poderá ser aprofundado neste trabalho.

(2) Segundo Rösen, “ideias não querem dizer, aqui, algum tipo de instância significativa situada para além da práxis corrente da vida humana, mas sim critérios segundo os quais os significados se produzem nessa mesma práxis vital, somente com base nos quais os homens podem agir.” (RÜSEN, 2001, p. 31)

(3) A partir de MAGALHÃES, 1997, é possível constatarmos, de maneira bastante clara, as práticas discursivas emanadas, nesse período, em torno da figura carismática desse designer, que se tornou não só o líder substituto do IPHAN, mas também, posteriormente, Ministro da Cultura. Além dos trabalhos que mencionaremos adiante, é possível encontrar boas indicações a respeito desse período em SIMIÃO, 2008.

(4) Tentaremos, a partir de agora, esboçar uma análise bastante generalizante a partir dos seguintes trabalhos, que, conforme já alertado anteriormente, não representam a totalidade da ampla produção atualmente conhecida sobre o tema, embora possa ser considerado o que de mais significativo foi escrito sobre o tema na década de 1990 e início do século XXI no Brasil: RUBINO, 1991, CAVALCANTI, 1995 e 1996; FONSECA, 1997 e 2001; GONÇALVES, 2002; MENDONÇA, 1995; SANTOS, 1996; MALHANO, 2002. Uma análise mais pormenorizada dessa literatura pode ser encontrada em LOWANDE, 2010.

(5) A ideia de “Academia” proposta por SANTOS, 1996, é emblemática desse aspecto e aparece de forma semelhante na maioria dos demais autores mencionados.

(6) Tema central, principalmente em CAVALCANTI, 1995 e 1996, e MENDONÇA, 1995, embora também notado pelos demais autores.

(7) Referência à anedota narrada por ANDRADE, 1992, com o intuito de caracterizar a atuação da regional paulista do SPHAN, comandada por Luís Saia. Sobre as polêmicas em torno das práticas de restauro da regional paulista do SPHAN, cf. também LEMOS, 2008, e GONÇALVES, 2007.

(8) Sobre a trajetória do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista anteriormente à década de 1930, cf. SCHWARCZ, 1993, KEULLER, 2008, DUARTE, 2010 e TURIN, 2011. Sobre a atuação de Roquette-Pinto no Museu Nacional, cf. DUARTE, 2010, KEULLER, 2008, MELO, 2007. Por fim, a respeito do período em que o Museu Nacional foi gerido por Heloisa Alberto Torres, cf. DOMINGUES, 2010, RIBEIRO, 2010 e CORRÊA, 2003.

(9) Com relação ao processo de constituição da SEF, cf. AMOROSO, 1993, ANDRADE, 1981, RODRIGUES, 2000 e RUBINO, 2002.

(10) A este respeito, também é esclarecedor o texto de SIMIÃO, 2008.

Referências bibliográficas

AMOROSO, Marta. Sociedade de Etnografia e Folclore (1936-1939). Modernismo e Antropologia. In: CENTRO DE CULTURA DE SÃO PAULO. *Catálogo da Sociedade de Etnografia e Folclore*. São Paulo, 1993. Disponível em: <http://www.centrocultural.sp.gov.br/livros/pdfs/sef.pdf>. Acesso em: 08.06.2001.

ANDRADE, Antônio Luís Dias de. O nariz torcido de Lucio Costa. *Sinopses*. São Paulo, n. 18, p. 5-17, dez. 1992.

ANDRADE, Mário de. *Cartas de Trabalho: Correspondências com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Pró-Memória, 1981.

BRASIL. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

CAVALCANTI, Lauro. Encontro moderno: volta futura ao passado. In: CHUVA, Márcia. (org.). *A Invenção do Patrimônio: Continuidade e Ruptura na Constituição de uma Política Oficial de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

_____. O cidadão moderno. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. [Brasília], n. 24, p. 106-115, 1996.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: Sociogênese das Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. Heloisa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre as ciências naturais e antropológicas, 1946. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 3, p. 625-643, set.-dez. 2010.

DPHAN. *A Lição de Rodrigo*. Recife: Amigos da DPHAN, 1969.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

_____. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: Intelectuais e Políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista, SP: Ed. Universidade de São Francisco, 2001.

GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração Arquitetônica: a Experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A Retórica da Perda: os Discursos do Patrimônio Cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. *Os estudos físicos de Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, idéias e instrumentos (1876-1939)*. (Tese de Doutorado). FFLCH/USP, 2008.

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira; MORI, Victor Hugo; ALAMBERT, Clara Correia d'. *Patrimônio: 70 anos em São Paulo*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2008.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. *Os sentidos da preservação: história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1983)*. 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: A Questão dos Bens Culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da Materialização à Legitimação do Passado: a Monumentalidade como Metáfora do Estado*. Rio de Janeiro: Lucerna: FAPERJ, 2002.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Por uma sócio-história do Estado no Brasil. In: CHUVA, Op. cit., 1995.

RIBEIRO, Adélia Miglievich. Uma mulher intelectual em tempos pioneiros: Heloísa Alberto Torres, nação e a formação das ciências sociais brasileiras. In *Boletim Oitaken*. N. 10, nov. 2010, p. 82. Disponível em: <http://onteaiken.com.ar/ver/boletim10/1-6.pdf>. Acesso em: 07/02/2012.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do Passado: a Instituição do Patrimônio em São Paulo: 1969-1987*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado: CONDEPHAAT: FAPESP, 2000.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: as origens, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1936-1967*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1991.

_____. A memória de Mário. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília, nº 30, p. 138-155, 2002.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: Teoria da História: Fundamentos da Ciência Histórica*. Tradução de Estevão Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

_____. *História Viva: Teoria da História: Formas e Funções do Conhecimento Histórico*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

SAIA, Luis. Até os 35 anos, a fase heróica. *CJ Arquitetura*, 1977.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. [Brasília], n. 24, p. 77-95, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMIÃO, Luciene de Menezes. *A semântica do intangível: considerações sobre o Registro do ofício de paneleira do Espírito Santo*. (Tese de Doutorado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Universidade Federal Fluminense, 2008.

TURIN, Rodrigo. “Tipos”, “primitivos”, “decadentes”: escrita etnográfica, secularização e tempo histórico no Museu Nacional. In NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das... [et. al.][orgs.]. *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

Créditos

*Doutorando em História (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas).

wartelowande@yahoo.com.br

Pesquisa elaborada com o apoio da Coordenação de Pesquisa e Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com bolsa de pesquisa fornecida pela Fundação Darcy Ribeiro.